COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

PROJETO DE LEI Nº 8.262, DE 2017

Dispõe sobre a retirada de invasores de propriedade privada.

Autor: Deputado ANDRÉ AMARAL

Relator: Deputado DELEGADO EDSON MOREIRA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 8.262, de 2017 (PL 8.262/2017), de autoria do Deputado André Amaral, dispõe sobre a retirada de invasores de propriedade privada. Seu maior intento é possibilitar que a ação policial em socorro do possuidor se dê sem a necessidade de ordem judicial.

Em sua justificação, o Autor aborda, entre outros argumentos, a questão da falta de celeridade das decisões judiciais, que têm produzido, em sua visão, “insegurança jurídica” e desestimulado “determinadas atividades econômicas”.

O PL 8.262/2017 foi apresentado no dia 11 de agosto de 2017. O despacho atual prevê a tramitação ordinária e conclusiva pelas Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No dia 29 de agosto, a CSPCCO recebeu a proposição em tela. No início do mês seguinte, fui designado relator no seio de nossa Comissão Permanente. Encerrado o prazo de emendas, nenhuma foi apresentada.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O PL 8.262/2017 foi distribuído para nossa Comissão em função do que prevê o art. 32, XVI, “b” (combate à violência rural) e “g” (políticas de segurança pública e seus órgãos institucionais), do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

De plano, devemos deixar clara nossa posição pela necessidade de rejeitar a presente proposição. Somos extremamente devotos da ordem e da paz social, daí porque não comungamos com qualquer forma de turbacão ou esbulho da posse ou da propriedade alheia. Entretanto, no campo, nem sempre há clareza entre quem é efetivamente o possuidor ou o proprietário da terra disputada.

Não estamos nos referindo somente aos casos nítidos e óbvios de invasão de terras por alas radicais de movimentos sociais. Estamos falando, também, de disputas de terras em que os contendores podem estar de posse de documentos e títulos que requerem maior análise para se descobrir quem tem real direito sobre a terra.

Esse tipo de análise, que deve comportar a produção de todo tipo de prova admitida em Direito e também a possibilidade de contestação dessas provas pela parte contrária, só é perfeitamente conduzida se realizada por um juiz. A autoridade policial, por mais bem-intencionada e profissional que seja, como a esmagadora maioria o é, não possui meios ou atribuição legal para decidir sobre quem tem efetivamente direito sobre a terra disputada, de forma que julgamos temerária a medida proposta no projeto de lei ora em análise.

A situação das disputas agrárias em nosso País já é por demais complexa. Dar às autoridades policiais o poder-dever de influenciar diretamente esse processo, sem a necessária, desejada e eficaz apreciação judicial, não nos parece, no mérito quanto à segurança pública, uma medida recomendável.

É preciso reforçar a independência e a autoridade dos juízes no Brasil, não os enfraquecer. Daí também minha contrariedade ao referido projeto.

Ante o exposto, votamos pela rejeição do PL 8.262/2017, solicitando aos demais Pares que nos acompanhem nesse entendimento.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado DELEGADO EDSON MOREIRA
Relator